



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES DGTEC

Atualização 2018

Alinhamento Planejamento Estratégico de
Tecnologia da Informação e Comunicações (PETIC)
2015/2020 e Plano Diretor de Tecnologia da
Informação e Comunicações (PDTIC) 2015/2020
com Planejamento Estratégico Institucional
2017/2018 do PJERJ



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Presidente

Desembargador Milton Fernandes de Souza

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Cláudio de Mello Tavares

1º Vice-Presidente

Desembargadora Elizabete Filizzola Assunção

2º Vice-Presidente

Desembargador Celso Ferreira Filho

3º Vice-Presidente

Desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

Desembargador Luciano Saboia Rinaldi de Carvalho

Dr. Fábio Ribeiro Porto

Dr. João Felipe Nunes Ferreira Mourão

Dr. Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Junior

Dr. Leonardo Grandmasson Ferreira Chaves

Dr.^a Criscia Curty de Freitas Lopes

Demais Integrantes

Humberto Vieira da Cruz – DGTEC

Carlos Henrique Mendes Gralato – DGJUR

André Luiz de Saboia Moledo – DGPCF

Cláudio Torres Carvalho – DGFAJ

Apoio Técnico

Ivan Lindenberg Junior

Maria Marta Senna Pereira

Renato Warwar Silva

André Amaral Gurgel Monteiro de Barros

Virna Pery Amorim

Diretoria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados - DGTEC

Diretor-Geral

Humberto Vieira da Cruz

Chefe de Gabinete

Regina Celia Brito Lourenço

Diretores de Departamento

Renato Warwar Silva

Virna Amorim

André Amaral Gurgel Monteiro de Barros

Assessores

Ivan Lindenberg Junior

Maria Marta Senna Pereira

Bráulio Bezerra de Menezes Souza

Diretores de Divisão

Abel Diniz de Almeida Silva

Ana Cristina Machado de Oliveira Pereira

Rafael dos Santos Alves

Maria Eugênia de Castro Borges

Lucia Helena Constan Amado

Moises Sardenberg da Rocha

André Luís Faruolo França

Alexandre José Costa de Araújo Góes

Flávio José Vazquez Maceira

Marcos Stallone Santos

Paulo Cesar Soares do Valle Junior

Sidney Aloisio Ferreira Pryor

Elaboração de Conteúdo

Diretoria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados

Aconselhamento - Gartner



1. Apresentação

O Planejamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), de responsabilidade da Diretoria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DGTEC), complementa o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), proporcionando o alinhamento das soluções de TIC as metas e necessidades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).

O PETIC visa apoiar a DGTEC na solução de problemas e projetar a realização de melhorias, mediante o estabelecimento de iniciativas e planos de ação, voltados para evolução da arquitetura tecnológica e dos serviços de TIC, sempre considerando as prioridades e a estratégia do PJRJ. O planejamento ainda possibilita justificar os recursos aplicados em TIC, minimizar o desperdício, garantir o controle, aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado ao cidadão.

A atual versão do PETIC foi elaborada em 2014, atendendo a periodicidade estabelecida como diretriz pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ou seja, para o período de 2015 a 2020.

É importante ressaltar que as boas práticas recomendam um acompanhamento das ações decorrentes do PETIC, bem como um constante realinhamento com PEI, sob pena não cumprir a sua finalidade. Ou seja, é necessário também um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) detalhando a estratégia e desdobrando todas as ações necessárias para viabilizar o planejamento institucional. Contudo, para que não haja desvirtuamento do planejamento, os mesmos *frameworks* são totalmente contrários à elaboração de novos documentos integrais sugerindo apenas atualizações que contemplem os novos alinhamentos.

Neste sentido, considerando a revisão do PEI do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ) ocorrida em 2018, aprovada pela



Resolução TJ/OE n.º 05/2018 de 23 de março de 2018 e ainda as recomendações do relatório de auditoria coordenada pelo CNJ, para avaliação de conteúdos estabelecidos para governança, gestão, riscos e controle de TIC, no processo administrativo n.º 2018-027388, a DGTEC elaborou um documento complementar para o cumprimento do prescrito no referido relatório de auditoria.

2. Objetivo

Este documento tem o objetivo de atualizar o PETIC e o PDTIC 2015/2020, propiciando um alinhamento com o PEI 2017/2018 aprovado pela alta administração, demonstrando as ações complementares necessárias para viabilizar os projetos estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

3. Alinhamento aos Direcionadores do PJERJ

O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro possui um conjunto de direcionadores que influenciaram diretamente a construção do PETIC no qual estão baseadas as atualizações deste documento.

- Plano Estratégico do PJERJ para o Biênio 2017-2018;
- Mapa Estratégico do PJERJ para o Biênio 2017-2018;
- Matriz de Indicadores Estratégicos para o Biênio 2017-2018.

Podemos destacar os seguintes direcionadores:

Missão: Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza, visando à pacificação social e efetividade de suas decisões.

Visão: Consolidar-se como instituição pacificadora e solucionadora dos conflitos da sociedade.

Valores do PJERJ:

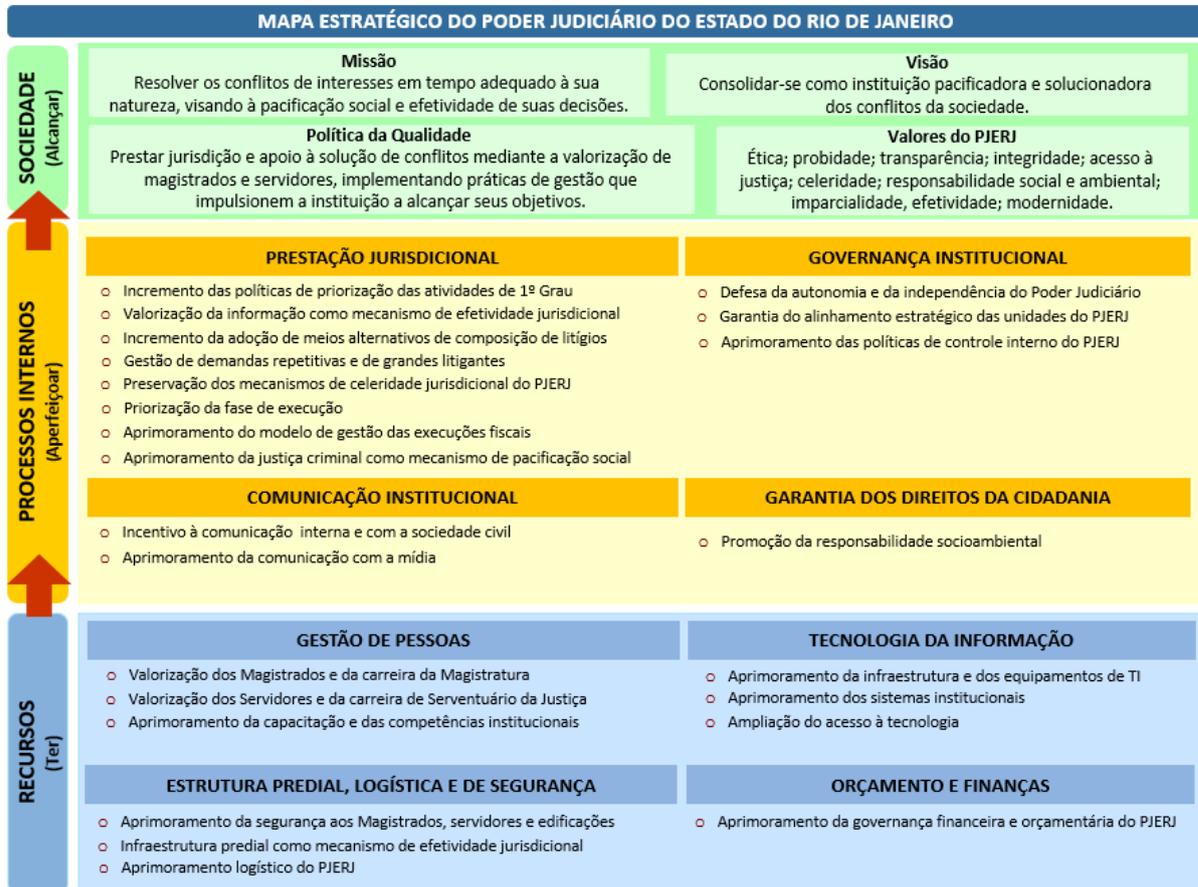
- Ética;
- Probidade;



- Transparência;
- Integridade;
- Acesso à justiça;
- Celeridade;
- Responsabilidade social e ambiental;
- Imparcialidade;
- Efetividade;
- Modernidade.

Política da Qualidade: Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de Magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a instituição a alcançar seus objetivos.

Mapa Estratégico:





4. Temas e Objetivos Estratégicos:

4.1 Perspectiva Processos internos - Aperfeiçoar

TEMAS ESTRATÉGICOS

4.1.1 Prestação Jurisdicional

Finalidade: A prestação jurisdicional é a função precípua do Poder Judiciário. Assim, o aprimoramento do processo de prestação jurisdicional é tema nato da estratégica do PJERJ.

Objetivos Estratégicos:

- Incremento das políticas de priorização das atividades de 1º Grau;
- Valorização da informação como mecanismo de efetividade jurisdicional;
- Incremento da adoção de meios alternativos de composição de litígios;
- Gestão de demandas repetitivas e de grandes litigantes;
- Preservação dos mecanismos de celeridade jurisdicional do PJERJ;
- Priorização da fase de execução;
- Aprimoramento do modelo de gestão das execuções fiscais;
- Aprimoramento da justiça criminal como mecanismo de pacificação social.

4.1.2 Governança Institucional

Finalidade: Ampliar continuamente a capacidade do PJERJ de formular e implementar de forma autônoma políticas e práticas para consecução de seus objetivos, fortalecendo o princípio constitucional da separação dos poderes.

Objetivos Estratégicos:

- Defesa da autonomia e da independência do Poder Judiciário;
- Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ;
- Aprimoramento das políticas de controle interno do PJERJ.



4.1.3 Comunicação Institucional

Finalidade: Aproximar o PJRJ da sociedade e melhorar continuamente a comunicação institucional, com respeito aos princípios da transparência e acesso à informação.

Objetivos Estratégicos:

- Incentivo à comunicação interna e com a sociedade civil;
- Aprimoramento da comunicação com a mídia.

4.1.4 Garantia dos Direitos da Cidadania

Finalidade: Promover ações de respeito ao meio ambiente e sustentabilidade e políticas públicas voltadas ao bem-estar do público interno e externo.

Objetivos Estratégicos: Promoção da responsabilidade socioambiental.

4.2 Perspectiva Recursos - Ter

TEMA ESTRATÉGICO

4.2.1 Gestão de Pessoas

Finalidade: Otimizar a alocação de habilidades, conhecimentos, capacitações, técnicas e práticas disponíveis na instituição, com o objetivo de potencializar os resultados relacionados ao capital humano do PJRJ, aumentando a satisfação do público interno.

Objetivos Estratégicos:

- Valorização dos Magistrados e da carreira da Magistratura;
- Valorização dos servidores e da carreira de serventuário da justiça;
- Aprimoramento da capacitação e das competências institucionais.

4.2.2 Tecnologia da Informação

Finalidade: Ampliar a capacidade tecnológica da instituição, automatizando e agilizando os processos de trabalho, reduzindo a alocação de recursos e esforços em sua execução.



Objetivos Estratégicos:

- Aprimoramento da infraestrutura e dos equipamentos de TIC;
- Aprimoramento dos sistemas institucionais;
- Ampliação do acesso à tecnologia.

4.2.3 Estrutura Predial, Logística e de Segurança

Finalidade: Garantir a infraestrutura física necessária à adequada realização dos processos de trabalho do PJERJ, em todas as esferas de atividade.

Objetivos Estratégicos:

- Aprimoramento da segurança dos Magistrados, servidores e edificações;
- Infraestrutura predial como mecanismo de efetividade jurisdicional;
- Aprimoramento logístico do PJERJ.

4.2.4 Orçamento e Finanças

Finalidade: Garantir a alocação dos recursos necessários à execução dos objetivos do PJERJ, ampliando a capacidade de gerenciamento e organização financeira da instituição.

Objetivos Estratégicos: Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJERJ.

5. Projetos estratégicos de TIC alinhados ao PEI do Biênio 2017/2018

5.1 PROJETO: Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)

ESCOPO: Atualização do parque tecnológico, compreendendo a substituição de:

- Em 2017, 2.330 microcomputadores, de 1.536 impressoras e de 539 scanners fora de garantia, 612 switches de acesso, 2 balanceadores de aplicação, 1 storage;



- Em 2018: 2.330 microcomputadores, de 1.500 impressoras e de 950 scanners e 1.000 notebook fora de garantia, 2 Switches Data Center e aquisição de 2 switches Core, 612 switches de acesso e Contratação de dois circuitos de acesso à internet. Nova contratação de circuitos de dados de longa distância.

VINCULAÇÃO: Objetivo estratégico de TIC (R1) – manter a infraestrutura de TI segura, apropriada e otimizada.

INDICADOR: Índice de cumprimento do cronograma.

Meta: 100%

5.2 PROJETO: Estudo técnico para atualização do sistema informatizado administrativo (Processo Administrativo Eletrônico) - (continuidade)

ESCOPO: Estudo e pesquisa de nova solução tecnológica para o tratamento de processos administrativos do TJERJ.

VINCULAÇÃO: Objetivo estratégico de TIC (P2) – desenvolver soluções de TI adequadas e sustentáveis.

INDICADOR: Índice de cumprimento do cronograma.

Meta: 100% do estudo realizado.

5.3 PROJETO: Estudo técnico para atualização dos sistemas informatizados de 1º e 2º Grau

ESCOPO: Estudo e pesquisa de nova solução tecnológica para os sistemas judiciais de 1º e 2º graus.

VINCULAÇÃO: Objetivo estratégico de TIC (P2) – desenvolver soluções de TI adequadas e sustentáveis.

INDICADOR: Índice de cumprimento do cronograma.

Meta: 100% do estudo realizado.

5.4 PROJETO: Ampliação do processo judicial eletrônico (continuidade)



ESCOPO: Implantar o processo eletrônico em todas as serventias de 1ª instância.

VINCULAÇÃO: Objetivo estratégico de TIC (CP1) – contribuir com soluções de TI eficazes para agilizar os procedimentos administrativos e jurisdicionais.

INDICADOR: Índice de ampliação do processo judicial eletrônico nas serventias.

Meta: 100% de serventias até dez/2018.

6. Ações Complementares para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações

6.1 Ações Estruturantes e Operacionais de TIC

6.1.1 Governança e Gestão

Implantação de uma estrutura de governança e gestão de serviços, com ampliação do grau de maturidade da área de TIC.

- Criação de Comitê estratégico para supervisionar a governança;
- Levantamento e definição das atividades de governança;
- Implantação de controles de serviços de TIC através de indicadores e metas e criação de um dashboard;
- Criação de um Comitê tático para supervisionar a gestão de TIC;
- Definição de prioridades de gestão de TIC;
- Recuperação do quadro de funcional de TIC;
- Atualização da estrutura organizacional de TIC;
- Implantação do controle financeiro e orçamentário de TIC.

6.1.2 Infraestrutura

Atualização e ampliação do parque de ativos de TIC que compõem a infraestrutura necessária para a operação de todos os serviços de TIC.

- Levantamento da defasagem tecnológica do parque;
- Análise da necessidade de ampliação da capacidade de processamento e armazenamento do parque;
- Avaliação de novas tecnologias;



- Proposição de soluções através dos respectivos processos administrativos de aquisições e serviços;
- Implantação das soluções adquiridas.

6.1.3 Desenvolvimento

Atualização e ampliação de funcionalidades dos sistemas informatizados que suportam o conjunto de processos de trabalho do PJRJ.

- Analisar as tecnologias utilizadas no desenvolvimento de aplicações banco de dados e armazenamento de mídias;
- Avaliar possíveis soluções de mercado em substituição as tecnologias utilizadas;
- Levantamento de fluxos de trabalhos vinculados a cada área de negócio;
- Desenvolver funcionalidades complementares para eliminação de lacunas nos processos de trabalho;
- Preparar juntamente com a infraestrutura o ambiente para implantação de funcionalidades e aplicações;
- Implantar e acompanhar todas as soluções de TIC desenvolvidas ou adquiridas pelo PJRJ.

6.1.4 Suporte e Atendimento

Melhoria da qualidade de suporte e atendimento com a implantação da gestão de serviços.

- Promover a melhoria da capacitação dos recursos humanos de TIC;
- Melhorar e ampliar a comunicação com os usuários dos serviços de TIC;
- Melhorar a gestão dos serviços implantando metodologia baseado na biblioteca ITIL;
- Levantar e definir padrões de atendimento para os usuários de serviços de TIC;



- Promover um melhor acultramento dos usuários em relação ao uso de recursos de TIC.

6.1.5 Segurança da Informação

Implantação de uma estrutura de segurança da informação capaz de garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações no ambiente do PJERJ.

- Criação de Comitê estratégico para supervisionar a política de segurança da informação;
- Levantamento e elaboração do conjunto normativo de segurança da informação;
- Levantamento e definição das atividades de segurança da informação;
- Implantação de controles de segurança da informação;
- Levantamento e definição dos riscos de segurança da informação;
- Levantamento e definição de procedimentos de continuidade do negócio do PJERJ;
- Definição das prioridades relativos a proteção de dados.

6.2 Ações Estratégicas

6.2.1 Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)

- Levantamento dos equipamentos com defasagem tecnológica;
- Planejamento e aquisição de equipamentos;
- Elaboração de cronograma de implantação;
- Recebimento de equipamentos;
- Distribuição de equipamentos de acordo com o cronograma.

6.2.2 Estudo técnico para atualização do sistema informatizado administrativo (Processo Administrativo Eletrônico) - (continuidade)

- Levantamento da situação atual;
- Pesquisa em outros Tribunais;



- Visitas aos outros Tribunais com soluções relevantes;
- Provas de Conceito;
- Seleção das soluções mais compatíveis;
- Testes com as soluções selecionadas;
- Análise de viabilidade e riscos das soluções;
- Elaboração de parecer técnico de todas as áreas de TIC;
- Elaboração de relatório das áreas de negócios;
- Análise de custos de implantação e customizações, infraestrutura, aculturamento e acompanhamento;
- Relatório final;
- Apresentação e apreciação pelo CGTIC;
- Apresentação e apreciação pela Alta Administração;
- Definição da solução escolhida e preparativos para implantação.

6.2.3 Estudo técnico para atualização dos sistemas informatizados de 1º e 2º Graus

- Levantamento da situação atual;
- Pesquisa em outros Tribunais;
- Visitas aos outros Tribunais com soluções relevantes;
- Provas de Conceito;
- Seleção das soluções mais compatíveis;
- Testes com as soluções selecionadas;
- Análise de viabilidade e riscos das soluções;
- Elaboração de parecer técnico de todas as áreas de TIC;
- Elaboração de relatório das áreas de negócios;
- Análise de custos de implantação e customizações, infraestrutura, aculturamento e acompanhamento;
- Relatório final;
- Apresentação e apreciação pelo CGTIC;
- Apresentação e apreciação pela Alta Administração;
- Definição da solução escolhida e preparativos para implantação.



6.2.4 Ampliação do processo judicial eletrônico (continuidade)

Implantação da competência criminal que ainda está com procedimento físico.

- Levantamento da situação atual no PJERJ;
- Implantação do Piloto na 1ª Vara Criminal de Maricá;
- Expansão para 1ª Vara Criminal de Niterói;
- Desenvolvimento de customizações e integração pela POLINTER;
- Desenvolvimento de customizações e integração pelo Mistério Público;
- Desenvolvimento de adequação do Portal pelo PJERJ;
- Elaboração de cronograma de implantação;
- Elaboração e publicação dos atos regulamentando os procedimentos para implantação;
- Implantação do processo eletrônico de acordo com o cronograma.